

Fl. 1

1 Aos 23 dias do mês de maio de 2023, às 13 horas, em reunião híbrida, realizou-se a décima 2 quarta Sessão do Conselho de Administração do Instituto de Assistência à Saúde dos Servidores 3 Públicos do Rio Grande do Sul – IPE Saúde do ano de 2023, sendo ordinária, sob a presidência 4 do conselheiro Álvaro Panizza Salomon Abi Fakredin, presidente do Conselho de Administração 5 do IPE Saúde, e secretariada por Thuane Liesenfeld Borges, secretária do Colegiado. 1) Abertura 6 da Reunião Ordinária. Foi declarada aberta a reunião, que contou com a presença dos 7 conselheiros representantes do Governo do Estado, titulares Bruno Queiroz Jatene, Thiago 8 Dapper Gomes (IPE Saúde), Álvaro Panizza Salomon Abi Fakredin (ALRS), Liselena Schifino Robles 9 Ribeiro (TJRS), André Fernando Janson (MPRS) e Itamê Sandri Westphalen (em substituição ao 10 conselheiro Mauro Luciano Hauschild); e representantes dos segurados, titulares Kátia 11 Terraciano Moraes e Ives Agamenon Leite Lucas (União Gaúcha), Márcia Elisa Pereira Trindade 12 e Antônio de Pádua (Fessergs), Vera Maria Lessês e Antônio Alberto Andreazza (Cpers). A 13 reunião contou também com a presença dos suplentes Gilderis Magrin e Danilo Krause. 2) 14 Ausências justificadas. O conselheiro Mauro Hauschild não pode comparecer por conta de 15 agenda externa, sendo substituído por sua suplente, Itamê Sandri Westphalen. 3) Aprovação da 16 Ata. A Ata CA nº 08/2023 foi posta em votação, sendo aprovada por unanimidade dos 17 conselheiros, sem ressalvas. 4) Correspondências expedidas. Não houve. 5) Correspondências 18 recebidas. Não houve. 6) Ordem do dia: a) Apresentação do Relatório de Gestão do IPE Saúde. 19 O presidente do IPE Saúde e conselheiro, Bruno Jatene, informou que o Relatório de Gestão 20 ainda não estava finalizado pela equipe técnica do Instituto, solicitando que a apresentação do 21 tema fosse transferida para a próxima sessão do Conselho de Administração. Bruno sugeriu, 22 portanto, a realização de uma reunião extraordinária para a apreciação do estudo, se o Conselho 23 entender necessário. b) Discussão sobre o Projeto de Lei Complementar nº 259/2023 sobre a 24 Reestruturação do IPE Saúde. O conselheiro Bruno Jatene iniciou as manifestações atualizando 25 os pontos inseridos no Projeto de Reestruturação do IPE Saúde, falando sobre a trava global que 26 impede que os valores de mensalidades ultrapassem certo limite com a atualização da alíquota. 27 Em contraponto, o conselheiro Ives Agamenon afirmou que a trava global impede cobrança



28

29

30

31

32

33

34

35

36

37

38

39

40

41

42

43

44

45

46

47

48

49

50

51

52

53

54

Fl. 2

excessiva dos usuários, mas também demonstra que os valores informados na primeira versão como necessários para cobrir o déficit não serão alcançados, logo , ou os valores não estavam corretos ou o que vier a se arrecadar não será o suficiente para cobrir os déficits do Instituto e que, em pouco tempo, o mesmo problema voltará a ser discutido. Durante a conversa, os conselheiros preocuparam-se com a saída de servidores do plano se aprovado o Projeto do Governo do Estado, principalmente aqueles que possuem mais dependentes. Bruno Jatene afirmou que a aprovação do Projeto permite uma diminuição dos déficits e também das despesas da Autarquia. Ives Agamenon, por sua vez, salientou que os servidores estaduais não devem ser penalizados com a aprovação deste plano por conta de um déficit fabricado pelo próprio Estado, reiterando que, se o Governo tivesse dado o mínimo de reajuste salarial há anos atrás, o problema financeiro do Instituto talvez não existisse. O diretor Administrativo-Financeiro do IPE Saúde e conselheiro, Thiago Dapper, relatou as dificuldades enfrentadas pela gestão do IPE Saúde nas tratativas com os prestadores no que diz respeito ao ajuste dos honorários médicos, e salientou que existe a necessidade de se mexer nesses quesitos a partir de uma reestruturação. Kátia Terraciano, por sua vez, afirmou que não acha justo os segurados terem que arcar com os custos da má administração de gestões anteriores do Governo do Estado que não reajustaram os salários dos servidores e negligenciaram a Autarquia. Thiago Dapper esclareceu que, mesmo recebendo todos os valores atrasados de repasses por parte do Estado, ainda assim o IPE Saúde ficará no vermelho, pois estes valores não são suficientes para sustentar o equilíbrio financeiro do Instituto com os gastos anuais. O presidente do Conselho de Administração, Álvaro Panizza, aproveitou os debates para parabenizar o lançamento do Simulador de valores de mensalidades com a proposta da nova alíquota que foi elaborada pelo IPE Saúde. O presidente do Colegiado disse ser um ponto importante para que os segurados tenham maior clareza de quanto corresponderá a mudança nas mensalidades do plano. Álvaro fez simulações com o dispositivo para exemplificar aos conselheiros as alterações propostas. O conselheiro André Fernando falou que o atual sistema não contempla o pagamento por dependentes e o que se propõe é uma mudança estrutural, onde os dependentes também



55

56

57

58

59

60

61

62

63

64

65

66

67

68

69

70

71

72

73

74

75

76

77

78

79

80

81

Fl. 3

contribuem, e que a principal diferença nos cálculos das mensalidades se dará para os segurados com dependentes – estes que terão um aumento significativo nos valores pagos – e que o simulador se torna importante, pois permite uma análise completa ao segurado. Ainda discutindo sobre o assunto, os conselheiros tiraram dúvidas sobre os planos PAC e PAMES, Optantes e contratos com as Prefeituras. Vera Lessês ponderou que o ideal seria que o IPE Saúde já tivesse buscado os créditos que tem a receber, por parte do Governo do Estado, entre eles, as paritárias das pensionistas, os valores dos imóveis que eram do FAS, os valores dos RPVs e Precatórios, para depois disso, se necessário, debater a reestruturação do IPE Saúde, com as categorias. Álvaro Panizza observou que no atual texto da Proposta de Reestruturação há um artigo (n° 34) que impede que segurados PAC retornem como Optantes ao plano de saúde, e exemplificou o caso de segurados que não poderão incluir como dependentes os filhos que, anteriormente, faziam parte desta categoria. Além desta colocação, o conselheiro Ives Agamenon relatou, também, que gostaria de entender discriminadamente a categoria de segurados que ganham até R\$ 5 mil de salário, sendo estes divididos entre os salários iniciais do Estado (quantidade de servidores que ganham R\$ 1 mil, R\$ 2 mil e assim sucessivamente), pois é esta categoria que tem maior representação no Governo. Ives solicitou que a Presidência do Instituto trouxesse estes dados para análise do Colegiado. Por fim, o Conselho de Administração decidiu que a deliberação sobre este tema será realizada na próxima sessão do Colegiado. c) Ofício remetido pela FESSERGS à Presidência do IPE Saúde. O presidente do Instituto e conselheiro, Bruno Jatene, solicitou esclarecimentos quanto ao propósito e em que circunstâncias se deu o encaminhamento do ofício remetido pela Fessergs à Presidência do IPE Saúde, sobretudo quanto à informação sobre as reuniões realizadas entre a Federação e as Entidades Médicas. Bruno afirmou que sua impressão quanto à correspondência é de que a própria Fessergs apoia que os honorários médicos sejam ajustados com base na Tabela CBHPM de 2022 - o que é inviável ao Instituto e não há nenhum plano de saúde que utilize a CBHPM 2022 - principalmente no atual contexto. Na visão de Jatene, o ofício pode ter causado um efeito adverso, tendo em vista o caráter de estímulo à pressão emitida pela classe médica na



82

83

84

85

86

87

88

89

90

91

92

93

94

95

96

97

98

99

100

101

102

103

104

105

106

107

108

Fl. 4

Autarquia. A conselheira representante da Federação, Márcia Elisa, esclareceu que a Fessergs teve o papel de escutar ambos os lados envolvidos na reestruturação do IPE Saúde, reunindo-se também com a classe médica para conversas quanto aos honorários. Márcia salientou que a Fessergs não enxerga a classe médica como oposição e sim como aliados nesta reestruturação do Instituto, e os mesmos queriam ouvir como estavam ocorrendo as tratativas com a classe. Em relação a CBHPM, Márcia esclareceu que a solicitação da Fessergs não se trata da atualização das cobranças nos valores tabelados, mas sim a adição de alguns procedimentos e tratamentos que, atualmente, não são cobertos pelo IPE Saúde. Antônio de Pádua, também representando a Federação, falou sobre o conteúdo que trata da Câmara Técnica de avaliação das coberturas de procedimentos, inserindo a AMRIGS como colaboradora. O conselheiro citou a sugestão de a Autarquia buscar outros meios de financiamento para sustentar o Sistema IPE Saúde, dando exemplos. Bruno Jatene, em resposta, explicou os motivos de porque algumas sugestões dadas pelo conselheiro Antônio de Pádua não poderiam ser adotadas no Instituto. As discussões foram finalizadas com esclarecimentos de dúvidas quanto aos tipos de financiamentos legais e possíveis que poderiam ser inseridos ao IPE Saúde, e com o presidente Bruno Jatene afirmando que o encaminhamento deste ofício não colaborou positivamente, levando em consideração o momento que o Instituto está enfrentando quanto à sua reestruturação. 7) Assuntos de Ordem Geral. Não houve. 8) Definição de pauta para a próxima sessão. Encerrado o período regimental, os temas seguintes ficaram pendentes e serão objeto de apreciação na próxima reunião ordinária do dia 06 de junho de 2023, na ordem: a) Apresentação do Relatório de Gestão do IPE Saúde; b) Discussão sobre o Projeto de Lei Complementar nº 259/2023 sobre a Reestruturação do IPE Saúde; c) Apresentação do Programa Desenvolve IPE Saúde; d) Relato sobre situação do Instituto de Cardiologia; e e) Deliberação sobre o ofício s/nº da Comissão Representativa dos Servidores do IPE Saúde. 9) Encerramento. Nada mais havendo a tratar e dando por encerrada a reunião, da qual, para constar, foi lavrada a presente ata que foi elaborada, revisada e assinada pela secretária do Conselho de Administração, Thuane Liesenfeld Borges, e pelo presidente do Conselho de Administração, Álvaro Panizza Salomon Abi Fakredin,



Fl. 5

e que se encontra à disposição dos Senhores Conselheiros, por meio eletrônico, ressalvandolhes o direito de retificá-la, por escrito, se assim desejarem, até sua aprovação em sessão ordinária.

Porto Alegre, 23 de maio de 2023.

#### Álvaro Panizza Salomon Abi Fakredin

Presidente do Conselho de Administração do IPE Saúde

#### **Thuane Liesenfeld Borges**

Secretária do Conselho de Administração